COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 1.081 DE 2011 (Apensos os PL nºs 1.810/11, 2.174/11, 2.209/11, 2.266/11, 2.796/11 e 3.230, de 2012)

Altera a Lei Geral de Telecomunicações – Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as prestadoras do serviço de telefonia móvel a identificar a operadora destinatária da chamada.

Autor: Deputado ROMERO RODRIGUES

Relator: Deputado PAULO PIMENTA

REFORMULAÇÃO DE VOTO

O Projeto de Lei nº 1.081, de 2011, de autoria do ilustre Deputado Romero Rodrigues determina que as prestadoras do serviço telefônico móvel pessoal informem gratuitamente ao assinante a operadora destinatária da ligação, previamente ao complemento da chamada. A prestação deste serviço estará condicionada à solicitação do assinante.

Para tal propósito, acrescenta artigo à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que “dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995”.

Na justificação apresentada, o Autor ressalta o sucesso da reestruturação do modelo de prestação dos serviços de telecomunicações, realizada a partir da edição da Lei Geral, em 1997.

O novo modelo possibilitou a multiplicidade de operadoras e planos de serviços, que permitem ao consumidor a escolha da

alternativa mais adequada às suas necessidades. Esta possibilidade de escolha foi ainda mais estimulada pela implantação da portabilidade numérica.

Entretanto, ressalta o Autor, embora a portabilidade numérica represente importante avanço, impossibilita que o consumidor identifique a operadora destinatária de sua chamada. Esta informação é relevante para que ele administre seus custos com o serviço.

Ao projeto em apreciação, foram apensadas seis proposições, a saber: Projetos de Leis nºs 1.810/11, 2.174/11, 2.209/11, 2.266/11, 2.796/11 e 3.230, de 2012. O Projeto de Lei nº 1.081/11 tem o mesmo propósito, porém apresentando texto autônomo.

O Projeto de Lei nº 2.174/11 estabelece que a prestadora de telefonia fixa ou móvel deverá emitir sinalização sonora nas ligações originadas e terminadas no âmbito de sua própria rede.

O Projeto de Lei nº 2.209/11 determina que a prestadora do Serviço Móvel Pessoal deverá informar gratuitamente ao assinante a prestadora destinatária de cada chamada efetuada.

O Projeto de Lei nº 2.266/11 inclui, entre os direitos do usuário de serviços de telecomunicações, dispostos pelo art. 3º da Lei nº 9.472, a identificação, no caso de chamadas nacionais, da operadora de telefonia responsável pelo número do terminal originador ou destinatária da chamada.

Por sua vez, o Projeto de Lei nº 2.796/11 estabelece que o sinal de controle de chamada utilizado pelas prestadoras de telefonia fixa e móvel deverá permitir a identificação da prestadora do respectivo terminal que está sendo chamado.

Finalmente, o Projeto de Lei nº 3.230, de 2012, determina que a prestadora do Serviço Móvel Pessoal deverá emitir sinalização diferenciada nas chamadas efetuadas para a rede de outra prestadora de serviço.

Cumpre-nos ressaltar que, em 18 de abril do corrente ano, apresentamos nosso primeiro parecer a esta Comissão, pela aprovação do projeto principal, rejeitando os demais projetos apensados.

Entretanto, refletindo melhor sobre a matéria, discutindo-a amplamente com os nobres Pares, concluímos que, dentre as sete proposições

em exame, além do projeto principal, de autoria do Deputado Romero Rodrigues, o projeto nº 2.209/11, do Deputado Henrique Oliveira, também apresenta relevante contribuição para a regulação da matéria, de forma adequada para se atingir o objetivo pretendido.

O projeto principal apresenta redação mais clara para o art. 130-A, enquanto o PL nº 2.209/11 possui a vantagem de não condicionar a prestação do serviço de identificação da operadora destinatária à solicitação do assinante.

Neste sentido, estamos apresentando Substitutivo, aproveitando as contribuições dessas proposições acima mencionadas.

Pelo acima exposto, votamos, desta feita, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.081, de 2011, e seus apensos, os PL nºs 1.810/11, 2.174/11, 2.209/11, 2.266/11, 2.796/11 e 3.230, de 2012, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de julho de 2012.

Deputado PAULO PIMENTA
Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.081, DE 2011. (Aposos os PL nºs 1.810/11, 2.174/11, 2.209/11, 2.266/11, 2.796/11 e 3.230, de 2012)

Altera a Lei Geral de Telecomunicações – Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as prestadoras do serviço de telefonia móvel a identificar a operadora destinatária da chamada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as prestadoras do serviço de telefonia móvel a identificar a operadora destinatária da chamada.

Art. 2º Acrescente-se o seguinte art. 130-A à Lei nº 9.472, 16 de julho de 1997:

“Art. 130-A. As prestadoras do serviço móvel pessoal deverão informar para o assinante a operadora destinatária da ligação, previamente ao complemento da chamada, sem ônus para o assinante.

Parágrafo único. O Regulamento estabelecerá a forma de implementação da obrigação estabelecida nesta lei”.

Art. 3º Esta lei entra em vigor no prazo de 180 (cento e oitenta dias) de sua publicação.

Sala da Comissão, em de julho de 2012

Deputado PAULO PIMENTA
Relator